SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

ALIENAÇÃO CULTURAL E NARRATIVAS DEMOGRÁFICAS: IMPLICAÇÕES SOCIO-GEOPOLÍTICAS EM TORNO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL EM ANGOLA

Eduardo Sala

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

Submetido em: 2026-02-24
Postado em: 2026-06-12 (versão 4)
(AAAA-MM-DD)

Justificativa da versão: Atualização de dados

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

ALIENAÇÃO CULTURAL E NARRATIVAS DEMOGRÁFICAS: IMPLICAÇÕES SOCIO-GEOPOLÍTICAS EM TORNO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL EM ANGOLA

EDUARDO SALA
Doutorando em Educação
Universidade Federal de Santa Catarina
Orcid: https://orcid.org/0009-0000-7557-5915
eduardosala200@gmail.com

Resumo: Utilizando-se de uma abordagem quali-quantitativa e método de pesquisa documental crítica, esta pesquisa analisa as implicações socio-geopolíticas em torno do crescimento populacional em Angola a partir de uma dinâmica interdisciplinar. O rápido e elevado crescimento populacional que o país tem se registrado nas últimas décadas tem despoletado diversas narrativas. Os resultados apontam que, a população angolana é pouca e não é numericamente párea ao tamanho do território nacional. Que, Angola tem recuperado uma dinâmica demográfica que lhe foi historicamente retirada. Aliás, robustez populacional é poder. Estas enormes assimetrias que se verifica na distribuição demográfica a nível do território nacional dá uma falsa percepção de que se está diante de uma país muito populoso, porque quem analisa, o faz a partir de Luanda, e/ou das respectivas capitais provinciais. Os políticos, acadêmicos, funcionários da administração pública, analistas políticos e sociais estão todos concentrados em Luanda numa primeira instância e, nas capitais das demais províncias numa segunda instância. Suas percepções e opiniões sobre a dinâmica populacional do país, política, social, etc, são todas estabelecidas e formuladas a partir de uma dinâmica de capitânia. Ao invés do crescimento populacional, como se pretende fazer crer, os problemas de Angola residem na má distribuição da riqueza.

Palavras-Chave: Angola. Narrativas demográficas. Crescimento populacional.

CULTURAL ALIENATION AND DEMOGRAPHIC NARRATIVES: SOCIO-GEOPOLITICAL IMPLICATIONS REGARDING POPULATION GROWTH IN ANGOLA

Abstract: Using a qualitative-quantitative approach and a critical documentary research method, this research analyzes the socio-geopolitical implications surrounding population growth in Angola from an interdisciplinary perspective. The rapid and high population growth that the country has experienced in recent decades has triggered various narratives. The results indicate that the Angolan population is small and does not numerically match the size of the national territory. That Angola has recovered a demographic dynamic that was historically taken from it. Indeed, population strength is power. These enormous asymmetries in the demographic distribution across the country give a false impression that Angola is a very populous nation, because those who analyze it do so from Luanda and/or the respective provincial capitals. Politicians, public administration officials, and political and social

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

analysts are all concentrated in Luanda in the first instance and, secondly, in the capitals of the other provinces. Their perceptions and opinions on the country's population dynamics, politics, social issues, etc., are all determined and formulated from a perspective of regional control. Instead of population growth, as some would have us believe, Angola's problems lie in the unequal distribution of wealth.

Keywords: Angola. Demographic narratives. Population growth.

ALIENACIÓN CULTURAL Y NARRATIVAS DEMOGRÁFICAS: IMPLICACIONES SOCIOGEOPOLÍTICAS EN TORNO AL CRECIMIENTO POBLACIONAL EN ANGOLA

Resumen: Mediante un enfoque cualitativo-cuantitativo y un método de investigación documental crítica, esta investigación analiza las implicaciones sociogeopolíticas del crecimiento poblacional en Angola desde una perspectiva interdisciplinaria. El rápido y elevado crecimiento poblacional que el país ha experimentado en las últimas décadas ha dado lugar a diversas narrativas. Los resultados indican que la población angoleña es pequeña y no se corresponde numéricamente con el tamaño del territorio nacional. Angola ha recuperado una dinámica demográfica que le fue arrebatada históricamente. De hecho, la fuerza poblacional es poder. Estas enormes asimetrías en la distribución demográfica del país dan una falsa impresión de una nación muy poblada, porque quienes la analizan lo hacen desde Luanda o las respectivas capitales provinciales. Políticos, funcionarios de la administración pública y analistas políticos y sociales se concentran, en primer lugar, en Luanda y, en segundo lugar, en las capitales de las demás provincias. Sus percepciones y opiniones sobre la dinámica demográfica, la política y los problemas sociales del país se determinan y formulan desde una perspectiva de control regional. En lugar de un crecimiento demográfico, como algunos pretenden hacernos creer, los problemas de Angola radican en la distribución desigual de la riqueza.

Palabras clave: Angola. Narrativas demográficas. Crecimiento poblacional.

1 INTRODUÇÃO

Angola é um país com uma área de 1.246.700 km² localizado na costa Centro-Sudoeste do continente africano. É limitado ao Oeste por cerca de 1.600 km de litoral ao longo do oceano Atlântico; ao Norte pela República do Congo e República Democrática do Congo (RDC); ao Nordeste pela RDC, ao Leste pela Zâmbia e ao Sul pela Namíbia (Huntley, 2019).

No dia 24 de novembro de 2025, quinta-feira, o Instituto Nacional de Estatística de Angola apresentou os resultados definitivos do Censo Populacional 2024. Os dados dão conta que ao todo, Angola possui uma população de 36,6 milhões de habitantes (Angola, 2025). Um crescimento de cerca de 11 milhões de pessoas em

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

11 anos. O censo de 2014, onze anos atrás, apontou que Angola tinha 25 milhões de habitantes até aquele ano (Angola, 2016). Ou seja, A população de Angola cresce 1 milhão a cada ano, um saldo positivo muito acima da média mundial, que coloca Angola na lista dos 10 países com maior crescimento populacional no mundo, todos localizados no continente africano.

Ultimamente, nos círculos políticos, sociais bem como da opinião pública angolana, têm surgido vozes ressonantes que apontam o rápido e explosivo crescimento populacional como o principal desafio do país, sendo economicamente insustentável, com alguns chegando até mesmo a propor uma política de controle de natalidade como solução. Porém, alguns analistas apontam para direção oposta, salientando que longe de ser um problema, um elevado e rápido crescimento populacional é uma vantagem, ao invés de problema. Diante dos pressupostos, o debate do presente texto partirá das seguintes questões:

a) Angola é realmente um país superpopuloso? b) O rápido e elevado crescimento populacional de Angola é realmente um problema logístico, ou uma vantagem a ser estrategicamente aproveitada? C) O que a historiografia e os dados realmente dizem a respeito?

O principal objetivo do presente texto consiste em chegar a um entendimento mais fatual acerca do debate em torno do crescimento populacional de Angola, levando em conta a realidade sociocultural e econômica, bem como os contextos regionais e geopolíticos em que o país se encontra inserido. Ao contrário do que alguns analistas influenciados por escolas ocidentais alegam, neste texto, que se assenta numa cosmovisão afrocentrada, partimos do princípio de que o rápido e elevado crescimento populacional de Angola é uma vantagem. De que a Robustez demográfica é "poder" e que deve ser estrategicamente aproveitada.

Diversos especialistas, técnicos e analistas, além de instituições nacionais e internacionais dão conta de que o censo 2024 foi um fiasco e de que os números apresentados não correspondem à realidade demográfica em Angola, análises com as quais concordamos. As projeções mais realistas, feitas por instituições nacionais e internacionais dão conta que atualmente, Angola tem aproximadamente 40 milhões de habitantes, um número muito superior àquele (36,9 milhões) apresentado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em novembro de 2025. O INE, para ser justo, é

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

uma instituição dotada de técnicos e especialistas qualificados, mas que, porém, não tem autonomia – pois tem sido vítima de interferência política por parte do regime no poder, o que tem afetado negativamente o seu funcionamento, resultando em estudos e relatórios incongruentes.

Apesar de tudo isso, o foco desta pesquisa e o debate em torno dela gira em torno da seguinte questão: dada a realidade demográfica e o rápido crescimento populacional, já se pode afirmar que Angola é um país suficientemente populoso? Partimos do princípio de que não. Tal hipótese não seria diferente nem se os resultados do INE apontassem para um país com 60 milhões de pessoas. Mas o fato é que, ao invés de médio sequer, Angola é um país pouco povoado e que o rápido e elevado crescimento demográfico é um fenômeno positivo historicamente justificável, uma vantagem geopolítica a ser estrategicamente aproveitada. Para respondermos a esta e demais questões previamente levantadas, trabalharemos com os dados disponibilizados pelo INE, pois são os únicos dados oficiais que existentes.

2 METODOLOGIA

Utilizando-se de uma abordagem quali-quantitativa e método de pesquisa documental crítica, esta pesquisa analisa as implicações socio-geopolíticas em torno do crescimento populacional em Angola a partir de uma dinâmica interdisciplinar. Para fins de coleta de dados, analisamos documentos oficiais do governo como o Relatório Síntese do Recenseamento Geral da População e Habitação 2024 (Angola, 2025). Neste documento em específico, comparamos a densidade demográfica de Luanda com a das demais províncias do país. Também, fizemos o uso do relatório sobre a Projeção da População de Luanda 2014 - 2050 (Angola, 2016), a partir do qual analisamos o índice de migração interna das demais províncias para Luanda e, do interior das províncias para os respectivos centros administrativos regionais.

Numa sequência, analisamos a densidade demográfica das respectivas capitais provinciais com o interior de cada uma delas. Também, para fins comparativos, analisamos os Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014 (Angola, 2016), que nos permitiu estabelecer uma métrica sobre a taxa de crescimento populacional em uma década, tanto nos níveis da capital, quanto do território nacional como um todo.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

Ainda, no Relatório Síntese do Recenseamento Geral da população e Habitação 2024 (Angola, 2025), analisamos o número (em percentagens) global de homens e mulheres em Angola. Em seguida, comparamos este indicador com os indicadores concernentes as percentagens de graduados, bem como de docentes do ensino superior com pós-graduação de acordo com a variável de género. Também, seguindo a mesma métrica e variável (género), analisamos a taxa de estudantes atualmente matriculados em cursos em nível de pós-graduação, todos os indicadores sobre docência e nível de escolaridade foram analisados a partir de do Anuário Estatístico 2021 do Ministério do Ensino Superior (Angola, 2021). Ainda, de acordo com a variável género, analisamos as taxas de desemprego e de informalidade a partir do Inquérito ao Emprego 2021 (Angola, 2021). Também analisamos alguns indicadores econômicos e fizemos breves analises comparativas entre as dinâmicas socioeconômicas de Angola e de outros países africanos.

Para fins complementares, principalmente do ponto de vista historiográfico, dialogamos com a literatura de estudos já feitos na área, como o relato de Inikori (2010) sobre os impactos demográfico a longo prazo do comércio transatlântico de escravizados para a África e, mais especificamente, para região Congo-Angola, com forte incidência para o território conhecido atualmente como República de Angola. Analisamos igualmente relatórios sobre a história com crescimento populacional de Angola e África ao longo do período colonial.

Apesar de utilizar-se da demografia como objeto, não se trata necessariamente de uma pesquisa técnico-demográfica, pois, tal cabe aos técnicos e especialistas da área que, não obstante os prós e os contras institucionais, Angola esteja servida de quadros devidamente qualificados – pois, tem um curso de graduação em Geodemografia na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, inclusive. O que esta pesquisa faz, de fato, é uma análise socio-geopolítica tendo como base o crescimento populacional em Angola. De qualquer forma, é uma pesquisa de natureza interdisciplinar, daí o método combinado na forma quali-quantitativa.

3 CONTEXTO HISTÓRICO

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

3. 1 História da Demografia Africana

Segundo J.E Inikori, Inikori (2010), de 1500 a 1890, cerca de 22 milhões (com alguns estudiosos apontando para 36 milhões) de pessoas foram arrancados da África para o resto do mundo durante o tráfico de escravizados africanos. Vale apenas observar que as estimativas dão conta que até por volta de 1492, a população total de todas as Américas girava em torno dos 50 milhões de indivíduos, com uma margem de erro balançando para um pouco menos e/ou ligeiramente mais. Quanto a Europa, Jan De Vries Aponta que até por volta de 1500, a população do continente era de cerca de 61,6 milhões de pessoas (Barzum, 2025).

Algumas fontes dão conta que por volta dessa época (1500), a África era um dos continentes mais populosos do mundo, com cerca de 78 milhões de habitantes. Número que caiu consideravelmente com o processo do tráfico de escravizados africanos para as Américas, principalmente. Inikori nos dá uma ideia do grau e escala do despovoamento do continente africano ao estimar que no Brasil, no ano de 1798 por exemplo, com uma população total de 3.250.000 habitantes, 1.998.000 eram de origem africana, com 1582.000 escravizados. Já em 1872, poucos anos da abolição da escravização, o país tinha uma população total de 9,9 milhões de habitantes, 5,8 milhões era de origem africana, com cerca de 1,5 milhões de escravizados. ‘Em outras palavras, a população de origem africana representava 61,2% da população total do Brasil em 1798 e 58% em 1872” (Inikori, 2010, p. 116).

Vale ressaltar que dessa enorme massa populacional arrancada da África, a maioria era jovem e mulheres em idade reprodutiva. Por conta disso, o comércio maciço de escravizados africanos interrompeu o crescimento demográfico, gerando o despovoamento de vastas regiões do continente. Entre 1650 a 1850, a população da África ao Sul do Saara declinou consideravelmente (Inikori, 2010).

Por exemplo, citando Walter Rodney, Joseph Inikori e Stanley Engerman, Menz e Lopes (2018) constatam “de que a África foi o único continente a ter reduzida sua participação relativa na população global entre os séculos XVI e XX, consideramos que vale a pena insistir no tema” (Menz e Lopes, 2018, p. 4).

3. 2 História da Demografia Angolana

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

E quanto a Angola? Esse declínio demográfico não se distribuiu de forma equitativa entre as diferentes regiões do continente. Dada a grande participação na origem de escravizados exportados, a região Congo-Angola sofreu dos mais graves e violentos processo de despovoamento demográfico, levando a uma situação de grandes perturbações nas estruturas sociopolíticas africanas, como a falta de mão de obra ativa para a máquina econômica, bem como para a estrutura militar dos Estados da região. Só para se ter uma ideia, a região Congo-Angola, balançando mais para a região hoje conhecida como Angola, representou mais de 50% do tráfico transatlântico de africanos (Inikori, 2010).

A situação era tão séria que por volta do século XVII, Angola se tornou na maior fornecedora de escravizados africanos para o exterior (Pádua, 2022). Em Luanda, atual capital de Angola, por exemplo, os estudos dão conta que por volta de 1781 a 1844, houve uma redução da população que se possa nomear de no mínimo, drástica e catastrófica, sendo o tráfico de escravizados para as Américas e particularmente para o Brasil a principal causa do despovoamento em questão (Menz e Lopes, 2018).

Estudos recentes dão conta que, por exemplo, existem no Brasil resquícios de elementos linguísticos provenientes das línguas bantu-angolanas como o Kikongo, Quimbundo e o Umbundo, apontando para o fato de que, dos cerca de 5 milhões de escravizados africanos trazidos para o brasil, a maioria é proveniente da região hoje conhecida como Angola (Prandi, 2000).

Ora, não surpreendente o fato de que durante os anos áureos do período colonial Angola ter registrado um nível de crescimento populacional estático, senão mesmo negativo no caso de alguns anos. Apesar de que, como aponta literatura, o regime colonial fascista português ter procurado estimular o aumento da taxa de natalidade para nativos como mecanismo de reforço da política de trabalho forçado, uma forma de continuação de trabalho escravo sob disfarce de trabalho contratual.

Por exemplo, de 1951 a 1964, salvo os anos de 1952, 1953, 1954, 1955 e 1956, Angola não registrou um crescimento populacional superior a 1,82%. A situação piorou a partir de 1965 a 1969, período em que o crescimento populacional não passou dos 0,80%, com o ano de 1968 ter se registrado um valor negativo de -0,08%. Situação que só começou a melhorar pouco antes da independência, quando em 1974 o país registrou uma taxa de crescimento populacional por volta dos 4,02%. Dos

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

4.582.568 milhões de habitantes de 1951, durante 24 anos, a população de Angola cresceu apenas em 2.047.971 pessoas, registrando um total de aproximadamente 6.630.539 habitantes em 1974 (Contrymeters, 2025).

A historiografia mostra que África, e mais especificamente Angola viveu séculos de recessão demográfica causada por fenômenos não naturais. O longo período de tráfico de escravizados africanos quase que despovoou a região Centro-Sul da costa Oeste do continente africano (Inikori, 2010). Durante as décadas da colonização efetiva, o crescimento populacional de Angola foi muito lento e permaneceu em níveis muito baixos (Contrymeters, 2025). O país só recuperou o seu vigor demográfico do período pré-colonial quase cinco séculos e sete décadas depois.

De 1975 a 2025 que o país tem seguido o seu curso de crescimento populacional normal, se passaram apenas 50 anos, que seria reduzido para 23 anos se considerar-se os 27 anos de guerra civil que vitimou mortalmente centenas de milhares de angolanos (Silva, 2018). O rápido e elevado crescimento populacional de Angola que tem se verificado a partir do período pós-colonial é uma dinâmica natural e salutar de uma nação que praticamente foi desprovido de seus mais ativos filhos no passado.

4 INDICADORES DEMOGRÁFICOS NACIONAIS: ANÁLISE GERAL

4. 1 Habitantes por Províncias e a Falsa Impressão da Excessividade Populacional

As extremas assimetrias que se verifica na distribuição demográfica pelo território nacional dá uma falsa percepção de que se está diante de uma país muito populoso. Essa percepção é agravada pelo fato de que, em Angola, faz-se a leitura do país a partir de uma dinâmica de capitânia, isto é – a partir de Luanda (a capital do país) numa primeira instância e depois, a partir das capitais das demais províncias, ignorando-se as enormes massas de terras praticamente vazias que existem pelo interior do país.

Luanda por exemplo, com apenas 18.826 Km², isto é – ínfimos 1,51% do território nacional tinha cerca de 6,9 milhões de habitantes até 2014, correspondente

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

a 27,6% da população do país (Angola, 2016). Apenas onze anos depois, a população da província quase que dobrou, passando para 10,1 milhões de habitantes, correspondente a 24,1% da população total de Angola, segundo o censo 2024 (Angola, 2025).

Fora de Luanda, província mais densamente povoada na conjuntura nacional e que possui uma dinâmica sui generis, a situação não é muito diferente nos níveis provinciais. O censo de 2024 dá conta de que as populações das demais províncias do país estão concentradas nas respectivas capitais (Angola, 2025). Conforme veremos a seguir (a ordem de grupos possui apenas uma finalidade organizacional):

Grupo a) *Cabinda:* com uma população total de 903.370 pessoas dividida entre 10 municípios, a capital da província de nome homónimo, Cabinda possui 585.240 habitantes, que corresponde a 64,78% da população da província. *Uíge:* com uma população total de 2.017.921 pessoas dividida entre 23 municípios, a capital da província de nome homónimo, Uíge possui 773.099 habitantes, que corresponde a 38,31% da população da província. *Cuanza Norte:* com uma população de 659.097 pessoas dividida entre 16 municípios, o município que alberga a cidade capital da província, Cazengo (Ndalatando, a cidade capital fica no município de Cazengo) possui 248.171 habitantes, que corresponde a 37,65% da população da província (Angola, 2025).

Gupo b) *Malanje:* com uma população de 1.298.250 pessoas dividida entre 27 municípios, a capital da província de nome homónimo, Malanje possui 377.603 habitantes, que corresponde a 29,08% da população da província. *Moxico:* com uma população de 574.253 pessoas dividida entre 12 municípios, a capital da província, Luena possui 356.880 habitantes, que corresponde a 62,15% da população da província. *Bié:* com uma população de 2.264.874 pessoas dividida entre 19 municípios, a capital da província, Cuito possui 579.498 habitantes, que corresponde a 25,59% da população da província (Angola, 2025).

Grupo c) *Huambo:* com uma população de 2.691.902 pessoas dividida entre 17 municípios, a capital da província de nome homónimo, Huambo possui 836.293 habitantes, que corresponde a 31,06% da população da província. *Namibe:* com uma população de 815.708 pessoas dividida entre 9 municípios, a capital da província, Moçâmedes possui 345.987 habitantes, que corresponde a 42,42% da população da

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

província. *Huíla:* com uma população de 3.302.866 pessoas dividida entre 23 municípios, a capital da província, Lubango possui 890.384 habitantes, que corresponde a 26,96% da população da província (Angola, 2025).

Grupo d) *Cunene:* com uma população de 1.806.417 pessoas dividida entre 14 municípios, o município que alberga a cidade capital da província, Cuanhama (Ondjiva, a cidade capital, fica no Cuanhama) possui 500.288 habitantes, que corresponde a 27,07% da população da província. *Cubango:* com uma população de 570.447 pessoas dividida entre 11 municípios, a capital da província, Menongue possui 382.635 habitantes, que corresponde a 67,07% da população da província (Angola, 2025).

Por exemplo, as províncias do Bengo, Cubango, Cuando, Moxico, Moxico Leste, Cuanza Norte e Zaire possuem juntas uma área 517.683 Km², – 41,52% do território nacional, quase seis (6) vezes maior do que Portugal. Porém, possuem igualmente juntas uma população de apenas 3.752.634, – 10,25% da população de Angola (Angola, 2025).

Os dados demográficos apontam que os angolanos *são poucos*, ou sendo mais contundente ainda, *são muito poucos* para um país com uma área de 1.246.700 Km² (Huntley, 2019) e a quinta maior economia do continente. O território de Angola é assimetricamente povoado. Existem vastas planícies do território nacional desabitados onde caberiam várias vezes alguns países europeus. Angola não é Luanda, província que representa apenas 1,5% do território nacional, porém, com uma população equivalente à de Portugal, com uma densidade populacional exageradamente alta.

Ora, o país muito menos se limita as capitais das demais províncias, que junto com Luanda, concentra a maioria absoluta da população angolana. Só para se ter uma ideia do quão desproporcional é a distribuição populacional em Angola, num universo de 326 municípios, “cerca de 24% da população do país reside nos 10 municípios mais populosos (Kilamba Kiaxi, Cacuaco, Lubango, Mulenvos, Viana, Huambo, Cazenga, Uíge, Maianga e Camama), que abrange uma área inferior a 1% do território nacional” (Angola, 2025, p. 11).

É preciso constatar que juntos, os demais municípios do interior das províncias constituem mais de 95% do território de Angola, porém, são escassamente povoados.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

Por exemplo, a Projeção da população da província de Luanda 2014 - 20250 aponta que de 2011 a 2015, cerca 500 mil angolanos migraram de província e que, pouco menos de 1 ano depois deste período, o número foi de cerca de 240 mil cidadãos. A maioria absoluta destes migrantes têm Luanda como destino, seguida das respectivas capitais das demais províncias (Angola, 2016).

As projeções indicam que até 2034, ano previsto para o próximo recenseamento geral da população realizado em cada dez anos, Luanda terá aproximadamente 12.447.366 de habitantes (Angola, 2016). É uma densidade demográfica gigantesca (que vai aumentando a cada ano) para um território de apenas 18.826 Km². A concentração e centralização político-administrativa são os problemas de primeira ordem nesta questão.

No que concerne a desconcentração administrativa, os departamentos ministeriais devem se fazer presente em todas as capitais provinciais e oferecerem serviços essenciais tal qual o fazem na capital do país. Pois, o princípio da aproximação dos serviços às populações conforme previsto na Constituição da República deve ser extensivo a todos cidadãos, independentemente da parte do território nacional em que estiver. “A administração pública é estruturada com base nos princípios da simplificação administrativa, da aproximação dos serviços às populações e da desconcentração e descentralização administrativas” (Angola, 2022, p. 72).

As empresas nacionais devem abrir escritórios nas capitais provinciais, algumas devem ser totalmente transferidas para o interior do país. Qual é o sentido, por exemplo, de se ter uma fábrica de cimento (*CIMANGOLA*) numa província geograficamente pequena e ultra densamente povoada como Luanda?

A *CIMANGOLA* em Luanda libera poeira tóxica na atmosfera de Cacuaco, o segundo município mais populoso do país com os seus 1.025.859 habitantes numa área de apenas 571 Km² (Angola, 2025), tornando-se num atendado a saúde pública em um território densamente povoado. A interiorização das fábricas como a *CIMANGOLA* e indústrias diversas geraria empregos nas demais províncias do país, retendo os jovens e as famílias nas respectivas províncias e municípios de origem. O mesmo se diz do ensino superior público, que deve ser expandido e interiorizado na medida em que, simultaneamente, se trabalhe na sua qualificação.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

Quando a qualidade do ensino superior, é praticamente um consenso de que o sistema acadêmico angolano é deficitário, não há nenhum segredo aqui em relação a isso, uma vez que, até mesmo o chefe do regime na situação reconheceu tal fato logo que ascendeu ao poder. Porém, contrariamente àqueles que criticam a construção de mais instituições de ensino superior públicas evocando a priorização da qualificação das já existentes – geralmente porque, já têm garantidas a própria formação e dos seus entes queridos, somos defensores da massificação de ambos os processos em simultâneo, ou seja, a construção e interiorização de mais IES públicas, somada a política de qualificação do ensino superior. A formação de milhares de jovens país adentro não pode esperar e nem ser adiada, pois, o tempo não puxa uma cadeira e espera sentado por um processo que pode durar décadas – os jovens de hoje serão os pais, senhoras e senhores do amanhã.

Formação deficitária ou não, ninguém tem o direito de transformar milhares de jovens em mártires obliterando os seus futuros. Afinal, não são os diplomas saídos destas instituições que têm servido de passaporte para o ingresso de centenas de jovens angolanos em renomados programas de mestrado e doutorado pelo mundo afora, onde se formam com horas e destaque?

Quanto a descentralização político-administrativa, a política de nomeação é uma vergonha, os atuais administradores municipais não são governantes, senão militantes burocratas chefiando municípios ao estilo Presidentes do Conselho de Administração - PCA's (ou CEOs) de empresas. O fato é que, em muitos destes municípios, o partido que o partido que tais burocratas não eleitos representam perdeu de forma catastrófica e tem popularidade abaixo da média mais do que nacional, configurando-se dentre os piores a nível internacional. É uma liderança por coerção e imposição, pois – os povos não conhecem tais indivíduos que, a partir da capital do país e consequentemente dos centros político-administrativos provinciais, lhes são impostos aleatoriamente com simples canetadas feitas na calada da noite, dependendo do humor do supremo chefe – o Presidente da República, e dos seus representantes regionais.

A lei de institucionalização das autarquias locais deve ser urgentemente aprovada e o poder local, um direito e imperativo constitucional (Angola, 2022) deve ser universalmente instituído nos 326 municípios do país. O poder político-administrativo deve ser democraticamente descentralizado de Luanda e das

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

respectivas capitais províncias. A transferência de poderes do governo central para as autarquias deve ser efetiva.

> 1. A organização democrática do Estado ao nível local estrutura-se com base no princípio da descentralização político-administrativa, que compreende a existência de formas organizativas do poder local, nos termos da presente Constituição. 2. As formas organizativas do poder local compreendem as Autarquias Locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação dos cidadãos, nos termos da lei (Angola, 2022, p. 76).

Serviços como o ensino primário, saúde, energia, saneamento e demais serviços básicos devem ser da competência de um governo municipal democraticamente eleito conforme prevê o artigo 219° da Constituição da República (Angola, 2022). Não se trata de um jogo político, pois, o que está em causa é o desenvolvimento nacional a partir do local, e implementá-la (as autarquias) é, ou seja, será o gesto mais patriótico que aqueles que detêm o poder, ou que virão a deter poderão fazer neste século. A dinâmica de capitânia deve ser urgentemente desativada para que os povos de Angola, estejam onde estiverem, tenham o direito de escolher os seus respectivos governantes locais de acordo com as políticas que considerarem primárias e de maior urgência para as suas regiões.

4. 2 Economia, Distribuição de Renda e Corrupção Sistêmica

De acordo com os dados do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Angola é a quinta maior economia do continente africano num universo de 55 países, e a segunda da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) depois da África do Sul (BAD, 2023). Com uma área de 1.246.700 Km², é o quinto maior país em área geográfica do continente (Huntley, 2019). Por exemplo, com uma área de 910.770 Km², a Nigéria possui uma população de cerca de 250 milhões de pessoas, mais de seis vezes maior do que a população de Angola.

É óbvio que, uma das questões que se possa levantar é quanto ao tamanho da economia da Nigéria, que em termos absolutos, é das mais robustas do continente ao lado a economia da África do Sul. Porém, isso não vem ao acaso, até porque, se dividirmos os tamanhos dos PIB de ambos os países em termos de projeção per capita, Angola estaria numa posição que se possa chamar de, no mínimo, mais ou menos confortável – dado o seu tamanho demográfico evidentemente menor.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

Num outro caso, poderíamos comparar os índices econômicos e demográficos de Angola com os da Tanzânia. Com uma área de 945.087 Km² e uma população de mais de 68 milhões de habitantes, o país situa-se economicamente abaixo de Angola, sendo a nona economia do continente, porém, com uma população que supera quase em dobro a população de Angola.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Angola (IDH), que incide sobre as taxas de poder de compra da população, alfabetização e/ou o acesso ao ensino e esperança de vida é de apenas 0,486%, 148 posição no ranking global. Com uma renda per capita de US$ 5.681 (Angola, 2012) e com uma incidência da pobreza que supera os 41% (Angola, 2020), Angola está entre os países mais desiguais do continente e do mundo, superando neste indicador países economicamente mais fracos e com mais população.

Como não poderia deixar de ser, a corrupção em Angola é um problema endêmico e institucionalizado. Os relatórios de diversas organizações e instituições nacionais e internacionais colocam Angola entre as lideranças neste quesito, conforme evidencia o relatório da Associação Justiça, Paz e Democracia de 2018 (AAJPD, 2018).

4. 3 Homens e Mulheres Segundo o Censo 2024

O censo de 2024 mostra que em Angola, as mulheres são a maioria, representando 50,82% da população do país em relação aos 48,91% de homens. Porém, segundo o Anuário Estatístico do Ministério do Ensino Superior 2020-2021, de um total de 14.436 pessoas graduadas em instituições públicas de ensino, 8.507 (58,93%) são do sexo masculino e 5.929 (41,06) são do gênero feminino (Angola, 2021).

No que concerne a docentes do ensino superior com pós-graduação, a disparidade de género é abismal. No país, os docentes do sexo masculino representam 75,31% dos profissionais com mestrado, enquanto que, as mulheres representam apenas 24,70% dos profissionais com esta titulação. No doutorado a disparidade é maior, com os homens representando 78,92% dos docentes com título de doutorado, enquanto que, as mulheres representam os ínfimos 28,01% de

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

profissionais doutoras/res. Essa disparidade é logo denunciada pela percentagem de estudantes matriculados em cursos de pós-graduação segundo a variável género. Dos 1.344 estudantes matriculados em cursos de pós-graduação em instituições públicas de ensino, 982 (73,07%) são do género masculino e 362 (34,38%) do género feminino (Angola, 2021).

Também, é necessário observar que as mulheres representam uma taxa exageradamente superior de informalidade, representando 79,5% do trabalho informal, contra os 43,7% dos homens. Os dados concernentes a taxa de desemprego do INE são altamente questionáveis, mas sendo o que se tem, os dados indicam que as mulheres (32,1%) representam uma taxa de desemprego superior aos homens (29,1%) (Angola, 2021). Sendo o INE uma instituição sem autonomia efetiva e subordinada aos caprichos do executivo, acredita-se que a taxa de desemprego em Angola é de longe superior ao apresentado e que, consequentemente, a disparidade de gênero superior.

Diante de tudo isso, fica evidente de que, devem ser expandidas e reforçadas as políticas públicas de Estados destinados a equidade e oportunidades igualitárias de gêneros. Programas de acesso e financiamentos ao ensino direcionados as crianças e jovens do sexo feminino, bem como medidas de estímulos ao estágio e emprego para mulheres recém-formadas. Devem ser igualmente criadas políticas de combate a gravidez na adolescência, além de políticas assistencialistas, bem como de dispensa provisória e remunerada a gestantes.

É falsa, e é um pensamento retrógrado deduzir que as culturas africanas prezam pela hierarquização estrutural de gêneros. As culturas africanas, sobretudo as de matrizes Bantu preveem a determinação de funções costumeiras específicas para homens e mulheres, porém, isso não significa necessariamente que tal deve se traduzir na hierarquização estrutural/institucional de gêneros (Fourshey, Gonzales e Saidi, 2019).

O costume pode ser, e é preservado inclusive em situações em que mulheres ocupam posições de poder nas mais altas instâncias do Estado, não há conflitos aqui – as políticas de equidade de gêneros, um direito e garantia fundamental previsto na constituição e na lei e, as práticas culturais Bantu que preveem posições e funções

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

costumeiras específicas para cada gênero no seio das famílias, são totalmente conciliáveis.

A disparidade de oportunidades entre homens e mulheres não é uma prática cultural, portanto, não é algo que deva ser conservado. As funções específicas atribuída à cada gênero dentro das famílias Bantu é uma prática cultural, um costume – isso sim. A disparidade de oportunidades entre homens e mulheres deve ser visto como um problema, senão mesmo uma situação de autossabotagem. Isso traduz-se em milhares de crianças e adolescentes de hoje, que seriam mulheres do amanhã exercendo diversas profissões como professoras, enfermeiras, médicas, engenheiras e gestoras públicas que teriam muito a contribuir para o país. No que concerne a questão de gênero, estes e vários outros pontos resultantes de leis e programas nacionais, bem como de memorandos internacionais sobre igualdade de gênero dos quais Angola é signatária devem ser efetivados.

Mesmo nessa matéria, em termos de oportunidades entre homens e mulheres, é preciso certa prudência para que não se caia em armadilhas ideológicas, atentando-se sempre para o fato de que existe uma variação contextual dos conceitos. O termo conservadorismo tal como se interpreta no Ocidente não tem o mesmo significado do conservadorismo em África. Até porque, no Ocidente e nos países de matrizes ideológicas ocidentais, declaradamente ou não, o tal de conservadorismo nos costumes é numa primeira instância a preservação das estruturas racialmente hierarquizadas e a consequente, a manutenção da supremacia branca nos espaços de poder (Löwy, 2015).

Ou seja, é numa primeira instância a conservação de uma estrutura racista e escravagista, pelo que, não é do interesse da África e dos africanos. Se trata de uma versão de conservadorismo que em África, deve ser totalmente rejeitada, reciclada e descartada no aterro sanitário das ideologias pútridas. Quanto aos estudiosos não africanos, é preciso autovigiarem-se. Pois, só poderão entender o disposto se despirem-se dos seus preconceitos interiores, demarcarem-se de fazer uma leitura ajuizada com base nos próprios contextos e atentarem-se para o fato de que em torno deste tema, existe uma questão contextual-cultural muito forte *e sui generis*, sob pena de caírem na armadilha do cada vez mais evidente etnocentrismo Sul-Sul, muito comum nas demais sociedades outrora colonizadas quando a questão é continente africano.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

5 DEMOGRAFIA E GEOPOLÍTICA

A demografia sempre foi uma questão relacionada a geopolítica. Desde as teorias excêntricas do economista inglês Thomas Malthus (1766 – 1834) nos finais do século XVIII, que defendia e justificava a existências de desastres naturais, guerras, epidemias e pandemias como fenômenos essenciais para a manutenção do equilíbrio da população mundial, sob o pretexto da racionalização dos recursos, como os alimentos. Porém, mais tarde desmentido pelo próprio capitalismo que, com a massificação da produção dos alimentos impulsionado pela segunda revolução industrial (1830 - 1940), chegou-se ao ponto de se produzir quase o dobro para alimentar a população mundial, no entanto, a fome persistiu e persiste porque as desigualdades advindas da distribuição assimétrica das rendas persistiram e persistem até aos dias atuais (Henriques, 2007).

O extremo revés da previsão de Malthus evidencia que o crescimento populacional nunca foi o problema. O problema, sim, está na perversão humana como consequência da ganância de uns poucos (1%) em detrimento do bem-estar da maioria global, o mesmo se aplica na situação interna dos países africanos e de Angola mais especificamente – onde as elites corruptas/gananciosas apropriaram-se do erário do Estado em detrimento da devida distribuição da renda e consequentemente, do bem estar da população.

É necessário destacar que, nos países multirraciais das Américas dominados por aquilo que Bento (2022) chama de pacto da branquitude, como nos EUA e Brasil, existe um controle populacional direcionado. Por direcionado entenda-se por controle da população negra, que alguns autores denunciam como genocídio sistemático de afrodescendentes operado por meio de políticas não oficializadas, porém – histórico, estrutural e socialmente direcionadas que vão desde a elevada taxa de fatalidade nas abordagens policiais, o empobrecimento racializado que aumenta a taxa de criminalidade, de homicídios e de encarceramento entre as comunidades negras (Xavier, 2022) e a política de embranquecimento da população – sendo o último algo sui generis do Brasil, onde se fez política oficial de governo em alguns períodos da história do país (Nascimento, 1978).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

Sobre o controle da população negra por meio de encarceramentos deliberados, um dos especialistas entrevistados no documentário 13ª emenda da Netflix (Netfilix, 2016) nos dá uma ideia do quão sofisticado e minuciosamente articulado tal *modus operandi* funciona nos EUA. Segundo o especialista, os Estados Unidos possuem cerca de 5% da população mundial, com 25% da população carcerária do mundo. Ou seja, 1 a cada 4 presos no mundo se encontra no sistema prisional estado-unidense, o autodenominado país da liberdade. São dois milhões e trezentos mil presos, o equivalente à população total de alguns países, como Namíbia por exemplo.

Em 2001, a população carcerária de afro-americanos era de 878.400 pessoas. Homens negros representam 6,5% da população estado-unidense, porém, são 40,2% da população carcerária do país. Ou seja, existem mais negros encarcerados hoje do que escravizados em 1850 nos EUA. Entre os fatores que contribuem para a elevada taxa de encarceramento de afro-americanos, destacam-se o elevado índice de condenações injustas e aplicação de penas exageradamente elevada para infratores negros, em delitos semelhantes em que o infrator branco tende a receber no mínimo uma ligeira multa (Netflix, 2016).

Ou seja, queremos com tudo isso dizer que, quer seja em África – a partir da visão do espetador externo/ocidental, lar natural do grupo negroide, ou fora dela, a multiplicação e o aumento de pessoas afro-originárias incomoda e tem sido uma matéria-alvo de diversas teorias nefastas advindas do Norte Global, disfarçadas de estudos qualitativos visando o bem-estar dos povos do continente quando de fato, não passam de estudos que se possa chamar de no mínimo, “sugestões de sabotagem” reproduzidas por determinados setores dentre os locais – configurando -se, a partir daí, em discursos da autossabotagem.

Uma vez que não se pode aplicar nos países africanos os mesmos mecanismos de controle direcionado da população como se verifica em países multirraciais das Américas, visto que a branquitude não possui o controle das máquinas político-institucional dos referidos Estados, a solução tem sido a formação de uma série de especialistas africanos aculturados e civilizacionalmente alienados. Especialistas ocidentalizados que consciente ou inconscientemente, tendem a importar para dentro do continente as referidas teorias da sabotagem, que neste contexto, passam para sugestões de “autossabotagem”, como a identificação do crescimento populacional

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

como o problema dos problemas do continente – o que é uma falsa proposição, um boicote.

5. 1 Perfil Demográfico: África e o Mundo

Atualmente, a África é o único continente (com exceção de algumas partes da Ásia ocidental) em que a população cresce e rejuvenesce ao invés de envelhecer. A Europa é o continente mais afetado, onde até 2050, a sua população encolherá em 11%. Não se ouve de europeus dizendo que se trata de um bom presságio, muito pelo contrário, políticas de estímulo a natalidade têm sido criadas, mas que, no entanto, falharam miseravelmente. O continente está praticamente sem mão de obras, com falta de jovens em idade de trabalho. “De acordo com o Relatório sobre o Envelhecimento de 2009, o número de pessoas com idade igual ou superior a 80 anos irá praticamente triplicar, passando de 22 milhões, em 2008, para 61 milhões em 2060, em toda à EU” (Ivic, 2013, p. 185). Quanto a América Latina, “a sub-região da América Latina e do Caribe continua imersa em um processo de envelhecimento, embora alguns países estejam em etapas mais avançadas do que outros” (OPAS, 2023, p. 3).

Na década de 2010, já se previa que países como Argentina, Chile, Cuba e Uruguai sofreriam uma aceleração do processo de envelhecimento e, consequentemente, o aumento das razões de dependência das pessoas idosas. Os dados indicam que Cuba terá cerca de 60 pessoas idosas para cada 100 pessoas com idades entre 20 e 64 anos em 2040. No “Chile e no Uruguai, cerca de 40. Até essa data, mesmo na Guatemala, um país mais atrasado no processo de transição demográfica, a dependência de pessoas idosas terá aumentado em comparação com a população potencialmente ativa” (OPAS, 2023, p. 4).

No caso do Brasil, até 2030 será considerado um país idoso. Até 2070, Brasil terá mais idosos de 80 anos do que pessoas entre os 0 a 14 anos. “O Brasil também é destaque, pois atingiu 7% em 2012 e deve atingir 14% de idosos de 65 anos e mais em 2031, gastando somente 19 anos para duplicar o peso relativo dos idosos na população” (Alves, 2022, p. 65). É um valor aproximado ao da China e da Tailândia.

Na Ásia, o Japão é o caso mais grave, onde os níveis de natalidade atingiram valores quase negativos. “Foi o Japão o país que atingiu de maneira mais rápida a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

proporção de 14% de idosos na população (7% em 1971 para 14% em 1994)" (Alves, 2022, p. 65). De acordo como autor, os idosos chegarão a compor 28% da população do país nos próximos anos, um recorde mundial.

A situação não é muito diferente nas ex-Repúblicas Soviéticas e nos países integrantes do antigo bloco do Leste, que apresentam taxas de natalidades muito baixas. Nos últimos anos, a Rússia tem adotado programas de incentivo a natalidade, como assistência financeira, habitacional e subsídios para as famílias numerosas. Na América do Norte, os Estados Unidos e o Canadá apresentam um perfil de estagnação demográfica próxima à da Europa, bem característico do Ocidente (Kalache, Vera, Ramos, 1987).

5. 2 África: Demografia como Vantagem Geoestratégica

O Ocidente, mas não só, reconheçamos, é dotado de alguns especialistas renomados que, vezes em quando, deixam escapar o inestimável fato de que, interna ou internacionalmente, a robustez populacional está estritamente ligada a questão de poder e que as próximas décadas será o período glorioso da África, que dentro em breve se tornará no continente mais populoso do mundo.

Não à toa que em novembro de 2025, o renomado professor estado-unidense Jeffrey Sachs fez uma ligação entre o acelerado e elevado crescimento populacional da África com o poder geopolítico. Segundo Sachs, ao invés de colapsar, a globalização está se reorganizando. *"Com as projeções indicando que a África comporá 25% da população mundial até 2050 e cerca de 40 até 2100, o continente tem uma oportunidade histórica para moldar a próxima era do crescimento global"*. Mas Sachs observa que, "*alcançar um crescimento anual sustentado de 8% a 10% exigirá investimentos significativos em educação, infraestrutura digital e capacidade institucional"*.

Na mesma linha de pensamento, outra figura ligada a outro ator geopolítico importante, Sergey Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa e um dos diplomatas e estrategistas geopolíticos mais experientes do mundo, a respeito do crescimento populacional em África e poder, disse o seguinte em maio de 2022: "A África tem 1,4 bilhão de pessoas. Junto com a China e a Índia, formará a

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

parte mais poderosa do mundo moderno e provavelmente o mercado mais promissor. "*Portanto, empresas de visão de longo prazo, Estados de visão de longo prazo, é claro, estão construindo uma estratégia de longo prazo para a África, partindo do fato de que este é o continente do futuro"*.

Obviamente, o perfil jovem da população e a robustez demográfica não se traduz automaticamente em poder. Para tal, é necessário que se elaborem políticas e estratégias de empregabilidade, "saúde e previdência social a fim de garantir que as atuais ondas de jovens adultos possam contribuir de forma produtiva para a economia durante sua vida ativa e, assim, desfrutar de uma vida mais saudável e agradável na velhice" (OPAS, 2023, p. 3). Isso significa que, "só os países que aproveitam o bônus demográfico conseguem superar a pobreza e atingir alto grau de desenvolvimento humano, uma vez que só é possível enriquecer antes de envelhecer" (Alves, 2022).

Ao invés das tão propaladas assistências financeiras advindas de organismos ocidentais como o FMI, e esmolas armadilhadas da União Europeia (EU) tingidas de linhas de créditos funcionais, as autoridades angolanas devem buscar uma integração efetiva com os Estados irmãos da região. Devem, junto dos demais Estados, procurar acelerar a abertura da Zona de Livre Comércio africano e potencializar a cooperação interafricana em matérias de educação, da formação acadêmica, ciência, tecnologia e informação – percebendo a educação como o núcleo central do desenvolvimento nacional e continental. Todas essas e demais políticas omissas devem ser feitas em benefício das populações, o que em certa medida, requer e exigirá grandes reformas estruturais quer a nível nacional, quer nos níveis das organizações regionais, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Africana, que devem democratizar-se devolvendo os poderes institucionais aos seus respectivos e legítimos donos – os povos da região.

6 RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa apontam para o fato de que, com base em métricas como o tamanho do país e da economia, os angolanos são poucos – pelo menos por enquanto. O território de Angola, o quinto maior (Huntley, 2019) num universo de 55 países africanos é assimetricamente povoado. Com exceção de Luanda, que possui uma densidade populacional exagerada em comparação a sua

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

área total, e das capitais provinciais, existem vastas planícies praticamente despovoadas pelo interior do país.

Contrariamente a capital do país (Luanda) e das demais capitais provinciais que tendem a ser geograficamente pequenas e juntas concentram a maioria absoluta da população do país (Angola, 2025), as regiões do interior são geograficamente extensas, podendo juntas chegar a mais de 95%, ou talvez um pouco mais ou menos da totalidade do território nacional, porém, são escassamente povoadas.

Estas enormes assimetrias que se verifica na distribuição demográfica a nível do território nacional dá uma falsa percepção de que se está diante de uma país muito populoso, porque quem analisa, o faz a partir de Luanda, e/ou das respectivas capitais provinciais. Os políticos, acadêmicos, funcionários da administração pública, analistas políticos e sociais estão todos concentrados em Luanda numa primeira instância e, nas capitais das demais províncias numa segunda instância. Suas percepções e opiniões sobre a dinâmica populacional do país, política, social, etc, são todas estabelecidas e formuladas a partir de uma dinâmica de capitânia.

Geralmente, ignora-se totalmente o fato de que Luanda tem sido destino de enormes fluxos populacionais saídas das demais províncias por décadas – para nunca mais voltarem. Esse fluxo migratório do interior para os centros administrativos também se verifica a nível das províncias. Ambos os êxodos, do interior do país para Luanda e do interior das províncias para os centro-administrativos regionais cria uma assimetria demográfica sem precedentes a nível do território nacional (Angola, 2016).

De qualquer forma, o enorme êxodo populacional do interior do país para Luanda que se verificou durante os 27 anos de guerra civil fica em segundo plano porque, depois da cessação das hostilidades em 22 de abril de 2002, o quadro teria sido revertido, porém, não só os que migraram para Luanda não regressaram para as respectivas províncias do país, como também o fluxo demográfico se intensificou nas últimas duas décadas pós-paz e continua atualmente a todo o vapor (Angola, 2016) – o que revela que o principal problema está nas questões como a concentração e centralização político-administrativas, que dá lugar as assimetrias na distribuição de políticas públicas, construção de infraestruturas e implementação de programas sociais, geralmente concentradas em Luanda.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

Quanto a historiografia do crescimento populacional em Angola e África, a literatura mostra que, ao longo de séculos, o continente africano viveu um longo período de recessão demográfica estimulado por ações artificiais próprias das pretensões comerciais, imperiais e coloniais imposta pelos Europeus. O tráfico de escravizados transatlântico quase despovoou o continente o privando dos seus mais vagarosos jovens em idade laboral ativa e de milhões de mulheres em idade reprodutiva. A região Congo-Angola, e mais especificamente a região em que se encontra atualmente a República de Angola foi a que mais sofreu com o tráfico transatlântico (Inikori, 2010).

Aliás, estudos recentes apontam para o fato de que, dos cerca de 5 milhões de africanos trazidos a força para o Brasil ao longo do comércio transatlântico, a maioria deles tem proveniência de grupos Bantu próprios das atuais fronteiras nacionais de Angola, como os Bakongo, Uvimbundu, Ambundu (Prandi, 2000). O que explica o quão escassamente povoada era o território de Angola em comparação aos outros territórios africanos à quando da ocupação efetiva.

Além do mais, também conseguimos constatar que durante toda a vigência da ocupação colonial, o crescimento populacional em Angola era fraco, com alguns períodos apresentando um valor negativo, inclusive. Surpreendentemente, isso significa que durante cerca de quinhentos anos, e sem contar os 27 longos anos de guerra civil que dizimou cerca de 2 milhões de angolanos (Silva, 2018), o país só recuperou plenamente o seu fôlego de crescimento populacional há 23 anos. O rápido e elevado crescimento populacional que Angola tem verificado nas últimas duas décadas é uma dinâmica natural própria de um país marcado por séculos de recessão e estagnação demográfica causados por fatores extra-naturais – é uma bênção ancestral.

A má distribuição da riqueza torna Angola num dos países mais desiguais do mundo. Grande cota do Orçamento Geral do Estado (OGE) é destinada a Luanda, o setor social é continuamente negligenciado (Angola, 2025). A corrupção institucionalizada tem sido um modus operandi de enriquecimento ilícito de membros afetos ao partido no poder (MPLA) por décadas. O saque e desvio de erário público formaram uma casta de bilionários artificiais em detrimento da construção de mais escolas, centros de saúde e saneamento para o cidadão comum. Da concentração e centralização político-administrativa, as assimetrias regionais, as desigualdades de

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

oportunidades entre homens e mulheres, do desemprego juvenil que ronda aos 55,3%, da má distribuição da riqueza a corrupção desenfreada, que leva a negligência do setor social e as extremas desigualdades – são estes os problemas estruturais de Angola, não o crescimento populacional, que é salutar e deve ser bem visto e estrategicamente aproveitado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados demográficos apontam que os angolanos *são poucos*, ou sendo mais contundente ainda, *são muito poucos* para um país com uma área de 1.246.700 Km² (Huntley, 2019) e a quinta maior economia do continente. O território de Angola é assimetricamente povoado. Existem vastas planícies do território nacional desabitados onde caberiam várias vezes alguns países europeus. Angola não é Luanda, província que representa apenas 1,5% do território nacional, porém, com uma população equivalente à de Portugal, com uma densidade populacional exageradamente alta.

A má distribuição da riqueza torna Angola num dos países mais desiguais do mundo. Grande cota do Orçamento Geral do Estado (OGE) é destinada a Luanda, o setor social é continuamente negligenciado. A corrupção institucionalizada tem sido um modus operandi de enriquecimento ilícito de membros afetos ao partido no poder (MPLA) por décadas. O saque e desvio de erário público formaram uma casta de bilionários artificiais em detrimento da construção de mais escolas, centros de saúde e saneamento para o cidadão comum (AAJPD, 2018). Da concentração e centralização político-administrativa, as assimetrias regionais, as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres, do desemprego juvenil que ronda aos 55,3%, da má distribuição da riqueza a corrupção desenfreada, que leva a negligência do setor social e as extremas desigualdades – são estes os problemas estruturais de Angola, não o crescimento populacional, que é salutar e deve ser bem visto e estrategicamente aproveitado.

De 1975 a 2025 que o país tem seguido o seu curso de crescimento populacional normal, se passaram apenas 50 anos, que seria reduzido para 23 anos se considerar-se os 27 anos de guerra civil que vitimou mortalmente centenas de milhares de angolanos (Silva, 2018). O rápido e elevado crescimento populacional de

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

Angola que tem se verificado a partir do período pós-colonial é uma dinâmica natural e salutar de uma nação que praticamente foi desprovido de seus mais ativos filhos no passado. É uma vantagem geopolítica a ser estrategicamente aproveitada, porém, tal carta na manga requer líderes visionários, nacionalistas e africanistas que implementes políticas públicas concretas, dinamizem o setor social, desconcentrem e descentralizem o poder a favor da democratização, efetivando a institucionalização do poder e da autonomia político-administrativa das regiões por meio das autarquias locais conforme previsto na constituição e na lei.

CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara não haver conflitos de interesses de natureza financeira, comercial, institucional ou pessoal que possam ter influenciado a realização deste estudo ou a interpretação de seus resultados. Este texto é de iniciativa e autoria própria, não estando vinculado a nenhum tipo de projeto financiado por qualquer instituição pública ou privada.

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados nos quais se baseiam as análises deste estudo estão incluídos no próprio artigo. O conjunto de dados analisados na presente pesquisa encontram-se em documentos institucionais e oficiais do Estado angolano e são de acesso ao público, disponibilizados em formato digital, conforme as referências do presente artigo científico.

REFERÊNCIAS

AAJPD. *A Topografia da Corrupção e da Falta de Transparência em Angola – Relatório*. Associação Justiça, Paz e Democracia. Luanda, 2018.

ALVES, José Eustáquio Diniz Alves. *Demografia e Economia:* nos 200 anos de independência do Brasil e cenários para o século XXI. ENS, Rio de Janeiro, 2022.

ANGOLA. *Anuário Estatístico*. Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. Luanda, 2021.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

ANGOLA. *Estrutura da Administração Pública*. Constituição da República de Angola: edição especial atualizada. Tribunal Constitucional da República de Angola, 2022.

ANGOLA. *Guia de negócios Angola*. Ministério das Relações Exteriores. Luanda, 2012.

ANGOLA. *Indicadores de emprego e desemprego:* inquérito ao emprego em Angola. Instituto Nacional de Estatística –INE. Luanda, jan. 2021.

ANGOLA. *Poder Local*. Constituição da República de Angola: edição especial atualizada. Tribunal Constitucional da República de Angola, 2022.

ANGOLA. *Projeção da população da província de Luanda 2014 - 20250*. Instituto Nacional de Estatística (INE). Luanda, 2016.

ANGOLA. *Proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado de 2026*. Ministério das Finanças, Luanda, 2025.

ANGOLA. *Relatório síntese do recenseamento geral da população e habitação 2024*. Luanda, novembro de 2025.

ANGOLA. *Relatório de pobreza para Angola:* inquérito sobre despesas e receitas. Instituto Nacional de Estatística –INE. Luanda, 2020.

ANGOLA*. Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014*. Instituto Nacional de Estatística. Luanda, março de 2016.

BAD. *Perspectivas econômicas em África 2023*. Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), 2023.

BARZUN, Jacques. História da Europa. *Enciclopédia Britânica*, outubro de 2025. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/history-of-Europe. Acesso em: 20 de novembro de 2025.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FOURSHEY, Catherine Cymone; GONZALES, Rhonda M.; SAIDI, Christine. *África Bantu: de 3500 ac até o presente.* Editora Vozes, 2019.

HENRIQUES, Abel; MALTHUS, Thomas Robert. *A Teoria Malthusiana*. Instituto Politécnico de Coimbra. Sao Paulo, 2007.

HUNTLEY, Brian J. et al. *Angola, um perfil: fisiografia, clima e padrões de biodiversidade*. Biodiversidade de Angola. Ciência e Conservação: Uma Síntese Moderna. Arte e Ciência, Porto, 2019.

INIKORI, J.E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: *História Geral da África V*,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

Capítulo. África do século XVI ao XVIII. Editor Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2010.

IVIC, Sanja. *O Direito dos Idosos na União Europeia*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, no 1, 2013, pp. 185 a 205.

KALACHE, A. et al. *O envelhecimento da população mundial*. Um desafio novo. Rev. Saúde pública, S. Paulo, 21:200-10, 1987.

LAVROV, Sergey. Os hábitos coloniais não desapareceram": Lavrov, em entrevista à RT Arabic, fala sobre a mentalidade ocidental, o Oriente Árabe e a Ucrânia**.** *RT em Russo*. Disponível em: https://russian.rt.com/world/article/1007637-lavrov-rt-arabic-zapad-ukraina. Acesso em: 23 de novembro de 2025.

LÖWY, M. *Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil*. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 124, p. 652-664, out./dez. 2015.

MENZ, Maximiliano M.; LOPES, Gustavo Acioli. *A população do Reino de Angola durante a era do tráfico de escravos: Um exercício de estimativa e interpretação (c. 1700-1850).* Revista de História, São Paulo, n. 177, p. 01–35, 2018. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.122490. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/122490. Acesso em: 20 nov. 2025.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Paz e Terra, 1978.

NETFLIX. A 13ª Emenda. *Netflix*, 2016.

OPAS. *Envelhecimento na América Latina e no Caribe a partir de uma perspectiva de contas nacionais de transferência*. Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Washington, D.C., 2023.

PÁDUA, Mário. *O Colonialismo e a Guerra Colonial, o tráfico de escravos*. O Pelourinho: Boletin de Relaciones transfronterizas, n. 26, p. 305-350, 2022.

POPULAÇÃO de Angola. *Countrymeters*. Disponível em: https://countrymeters.info/pt/Angola. Acesso em: 22 de novembro de 2025.

PRANDI, Reginaldo. *De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião*. REVISTA USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000.

SACHS, Jeffrey. O Futuro do Crescimento Global: Prof. Jeffrey Sachs sobre Geopolítica e Fragmentação. Por Amarynth. *Ordem Mundial Z*. Disponível em: https://sovereignista.com/2025/11/22/the-future-of-global-growth-prof-jeffrey-sachs-on-geopolitics-and-fragmentation/. Acesso em: 23 de novembro de 2025.

SILVA, Antônio Carlos Matias da**.** *Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências*. NEARI em Revista, v. 4, n. 5, 2018.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15207

XAVIER, Laura Araújo. *O preconceito racial e social no Brasil e a abordagem policial discriminatória*. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito), Faculdade de Direito, Uniritter, 2022.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.